

O progresso técnico nos primórdios do pensamento econômico brasileiro

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão*

O modernismo cultural dos anos 30 no Brasil inaugurou, entre outras áreas do espírito, um pensamento crítico ou analítico acerca da natureza da sociedade brasileira, sua cultura material, social e a composição do seu povoamento. Dentre os autores da época destaca-se Caio Prado Junior, que em 1933 escreve *Evolução Política do Brasil* para, em 1942, escrever uma obra-prima denominada *Formação do Brasil Contemporâneo*. As duas obras iniciais deste autor serão feitas dentro de um marxismo original apropriado a um país cujas raízes mais profundas estão fincadas em seu passado colonial. Essas raízes não estão extintas, mas prosseguem em grande medida conformando a sociedade brasileira, como não cessará de escrever o autor durante toda a sua vida.

Uma característica marcante da colônia é a desigualdade e a heterogeneidade social como se percebe neste parágrafo:

“Em suma, o que se verifica é que os meios de vida para os destituídos de recursos materiais são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bens classificados da hierarquia e da estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados: indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o “povo brasileiro” e pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do Brasil com aquele sentença que ficaria famosa *Le Brésil na pás de peuple*”.

Essa situação é um dos componentes definidores da economia colonial, marcada pelo monopólio comercial metropolitano, a grande exploração monocultora e o trabalho servil indígena ou mais geralmente africano. Não se trata, portanto, de uma economia nacional marcada pela independência, trabalho livre, igualdade e homogeneidade sociais, soberania e autonomia na sua dinâmica econômica. Esta última, Caio Prado vê como uma tendência do desenvolvimento brasileiro cuja realização definitiva se encontra bastante distante.

Os dois pólos sociais mais destacados da colônia são a família senhorial e a escravaria, porém há uma massa de população livre sem ocupações normais e seguras aptas a

* Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço Eletrônico: igorza@bol.com.br

viver uma vida estável. Essa massa vai se internar na colônia, alia-se ao crime ou comporá o clã patriarcal enquanto milícia pessoal do senhor vivendo na margem de suas terras. Dessa forma, revendo o que foi dito acima por Caio: “no ambiente asfíxiante da grande lavoura, não sobra lugar para outras atividades de vulto. O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinado à exportação é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece e não pode oferecer campo para atividades remuneradoras de nível elevado. E assim todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo não encontra pela frente perspectiva alguma.”

A estrutura da economia colonial faz com que sua dinâmica se dê por arrancos e por ciclos, em que um pouco aproveita ao próximo. Esses arrancos se relacionam com produtos exportáveis de grande cotação no momento ou o próprio ouro, numa fase relativamente pequena da história colonial. O dramático é que a independência brasileira, rompendo o estatuto colonial, mantém características que fazem da nação livre uma nação neocolonial. Primeiro, porque a estrutura fundiária tem as mesmas características, a escravidão vai sendo eliminada com a dificuldade e grande pressão da Inglaterra e o lugar do homem livre branco ainda é muito restrito. Finalmente, a dinâmica da economia ainda se dá pela exportação, especialmente do café e alguns outros produtos menos importantes. Nesse quadro, a heterogeneidade social e produtiva e a ausência de autonomia do crescimento continuam as mesmas. Apenas com o governo revolucionário em 1930 se tocará nesse quadro, o qual entrará em crise a partir do governo Fernando Collor.

Um aspecto importante é que a grande exploração colonial brasileira se faz, ainda segundo Caio Prado, com uma estreita base tecnológica. Isto se verifica, por exemplo, no engenho, no qual métodos antiquados, mesmo para a época, são utilizados, como o desmatamento crescente em sua volta na busca de combustível para as fornalhas ignorando, por exemplo, o valor da bagaceira como um combustível alternativo. Após algum tempo, esse desmatamento inviabilizará este engenho. Outros métodos são a coivara, a não utilização do estrume do gado nas plantações, o uso do monjolo em vez do moinho de água, caracterizando uma agricultura muito acanhada que Caio Prado denominará *agricultura extrativa*. O mesmo quadro se verificará em outros setores como a mineração do ouro feita à base do exame do cascalho sem aprofundar veios na pedra ou outros métodos que a metrópole poderia incentivar, mas não o fez.

Nas atividades de subsistência, coladas à grande plantação ou separada dela, também se observa um baixo nível técnico, fruto tanto da displicente administração portuguesa que, por exemplo, proíbe as atividades de metalurgia e tecelagem que começavam a se desenvolver no Brasil em grande medida como legado negro, bem como pelo asfixiante regime colonial que privilegiava uma ética de aventura, ganho fácil e preconceito contra o trabalho.

Em outros livros do mesmo autor como *A História Econômica do Brasil*, de 1945, fica clara a permanência de uma situação muito próxima a essa. Mesmo com os primórdios do crescimento industrial por volta de 1870 e, daí para frente, a heterogeneidade social vestida como desigualdade de propriedade e de rendas numa nação de corte liberal, a dinâmica econômica se torna bastante problemática. Nesse ponto surge para o autor uma reflexão acerca do progresso técnico na nova sociedade. Para o autor, o reduzido mercado interno, fruto da baixa renda da população, impede taxas maiores de crescimento capazes de estimular o investimento produtivo. Esse investimento por natureza traz embutido o progresso técnico na tentativa de poupar trabalho e aumentar lucros. Porém ele terminaria aumentando as taxas de crescimento, estimulando o mercado de trabalho e aumentando rendas da população. Esse esquema simples em Caio é circular com a desigualdade na distribuição da renda conduzindo a um baixo crescimento e a permanência dessa mesma desigualdade. Nesse sentido, mantém-se a heterogeneidade social e produtiva da economia brasileira.

Esse estilo de discussão, realizada por Caio com muito trabalho de leitura e uma análise bastante trabalhosa, foi retomado por Celso Furtado já no pós-guerra, quando defende sua tese de doutorado em Paris e principalmente em obras como *Formação Econômica do Brasil*, outra obra-prima que vai acompanhá-lo por toda a vida sempre com maior vigor e precisão. Celso, entretanto, possui um aparato analítico em economia que Caio Prado nunca possuiu, o que às vezes dificulta o que pode ser uma leitura de um no outro.

Celso Furtado é um pensador do subdesenvolvimento, isto é, de um fenômeno que surge como produto de um sistema econômico mundial integrando formações nacionais com capacidades distintas de introduzir e difundir progresso técnico. Nesse sentido, tanto Furtado como a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a qual ele esteve integrado, têm seu pensamento ligado à problemática difusão do progresso técnico. Nessa visão, as economias centrais e as economias periféricas têm uma capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro bastante distinta, o que faz com que o estilo de vida nas economias centrais seja inviável para o conjunto da população das economias periféricas.

De modo sintético, acompanhando aqui Plínio de Arruda Sampaio Junior, a temporalidade de uma economia como a nossa deve ser vista como parte do movimento de expansão que engloba tanto o centro como a sua periferia. A relação entre ambas é uma relação de dependência, que contextualiza os problemas de cada sociedade como parte de um processo mais amplo de difusão desigual do processo técnico. O sistema capitalista mundial influencia o movimento da economia periférica ou subdesenvolvida porque os padrões de consumo e de produção vindos do centro determinam a capacidade da sociedade periférica controlar seu processo de acumulação. Dentro das opções dadas pelo contexto histórico pode-se participar no sistema capitalista mundial de acordo com decisões internas condicionadas pelas estruturas políticas e sociais que definem as necessidades e os valores da sociedade nacional. A industrialização nesses países subdesenvolvidos desloca os centros dinâmicos da economia para o mercado interno, desvinculando as flutuações do nível de renda e de procura das oscilações do comércio internacional. Esse processo é orientado pela procura final e não pela evolução do sistema produtivo. No dizer de Furtado, trata-se de um edifício construído de cima para baixo.

A industrialização subdesenvolvida depende do acesso a uma tecnologia que requer um grau de desenvolvimento das forças produtivas (capital, trabalho, distribuição de renda e outros) que não é um desdobramento natural do desenvolvimento do país. Nesse sentido, ocorre uma falta de correspondência entre a disponibilidade de recursos e fatores produtivos e as combinações destes, requeridas pela tecnologia que está sendo importada. Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento por indução externa e não do processo clássico de formação das economias européias. É fundamental notar que esse processo conhecido como substituição de importações pressupõe técnicas que são incompatíveis com a geração de escassez relativa de trabalho, exigindo um esforço de capitalização superior à capacidade de geração de excedente da economia periférica, ou ainda, supondo uma escala mínima de produção incompatível com a estrutura do mercado nacional.

Como afirma Furtado:

“As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão-de-obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. A *inadequação da tecnologia* a que se referiram alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade”.

Nesse sentido, existem bloqueios à introdução e difusão de progresso técnico que tornam a industrialização periférica incompatível com uma dinâmica endógena de desenvolvimento. Esses bloqueios são inerentes à lógica de um processo de modernização do consumo. As bases materiais e mercantis de cada etapa da industrialização não estão implícitas no crescimento prévio da economia e a assimilação do processo técnico avança aos solavancos de forma descontínua. Essa discussão poderia ser levada adiante, mas pelo exposto fica claro que os problemas de crescimento de uma economia periférica como o Brasil, em larga medida, são próximos aos da economia colonial. Aproximando Caio Prado de Celso Furtado, nossa economia tem traços coloniais que não foram ultrapassados.

O problema do progresso técnico em uma economia subdesenvolvida não é o de adaptar fatores abundantes a fatores escassos, como pensariam um economista neoclássico. O problema é, antes, o de que a heterogeneidade e a desigualdade sociais, características de uma economia desse tipo, cria entraves a uma técnica madura como a dos países avançados. Assim, percebe-se em Celso Furtado uma relação entre desigualdade social, tecnologia, dependência cultural semelhante a que vemos em Caio Prado, e que percebe o subdesenvolvimento não como uma etapa a ser superada, mas como uma característica estrutural das economias periféricas. Na verdade, em Celso Furtado essas economias serão marcadas pela moeda inconvertível, má distribuição de renda e ausência de progresso técnico endógeno.

Outros autores, analisando a formação social brasileira, se deram conta da fratura econômica e social, bem como regional, que a caracterizam. Lembramos aqui os inúmeros sociólogos que desenvolveram a teoria da marginalidade. Antes deles, Jacques Lambert havia falado nos *Dois Brasis*, e a questão regional se vinculou a do desenvolvimento desde o início do século XX, com Gilberto Freyre, José Lins do Rego e muitos outros pensadores conservadores contra Mario de Andrade, Roberto Simonsen e o próprio Caio. Mais modernamente, o sociólogo Francisco de Oliveira, em *O Ornitórrinco*, chama atenção para a novidade da economia brasileira no início do século XXI:

“Como é o ornitórrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitati, pela Terceira Revolução, amolecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos extratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos extratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB (...) Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de

trabalho industrial que chegou ao auge em 1970, mas decrescente também e explosão continuada do emprego nos serviços. Mas esta é a descrição de um animal cuja “evolução” seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é *homo sapiens*”.

Falta ao ornitorrinco produzir conhecimento, ciência e técnica de forma autônoma. Falta também escapar do círculo de ferro da subordinação financeira externa, bem como da dívida financeira interna. Falta enfrentar desconstrução da relação salarial que se apresenta como terceirização, precarização, flexibilização, desemprego. Falta enfrentar a difícil transformação do ornitorrinco:

“O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desiguais – mais até que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas – apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com elegância francesa, *et pour cause*. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. (...) O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”.

Finalmente, é inútil pensar que políticas econômicas vão resolver esses complexos problemas. Retomando Caio Prado, eles só serão enfrentados com a superação significativa de traços da economia colonial, o mais importante dos quais talvez seja a heterogeneidade social.

Esta situação hoje no início do século XXI se apresenta mais truncada do que antes. Francisco de Oliveira mostra que o progresso técnico, tal como aparece na literatura evolucionista e *neoschumpeteriana*, depende da acumulação científico-tecnológica anterior. Antes era possível saltar a frente no progresso técnico agindo com rupturas sem prévia acumulação técnico-científica por se tratar de conhecimento difuso e universal. O novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes e não está disponível no mercado. Ele é descartável, efêmero e incremental, o que dificulta a ciência e a técnica para as economias e sociedades caminhando rumo ao conhecimento técnico-científico.

Ao mesmo tempo, a revolução molecular-digital faz com que ciência e tecnologia sejam trabalhadas numa unidade. Não é possível trabalhar num plano sem trabalhar no outro. Nesse sentido, economias periféricas não podem copiar a matriz da unidade técnico-científica. Em segundo lugar, a acumulação é feita dentro de uma obsolescência acelerada. Saltar esses obstáculos imporia um esforço descomunal de pesquisa, o que não é impossível, mas seria inédito em nossa história.